

Rumo ao século chinês? A relação Estados Unidos-China pós 11/09

Towards the Chinese Century? United States-China relationship after the 09/11

Javier Vadell*

Resumo

O artigo pretende analisar a crescente e complexa relação entre a República Popular da China (RPC), principal potência emergente, e os Estados Unidos da América (EUA), especificamente, após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O objetivo deste artigo é discutir e questionar os principais lineamentos do debate acadêmico e político em torno da ascensão chinesa, uma realidade apresentada como cooperativa ou conflitiva de acordo às diferentes perspectivas teóricas e ideológicas. Desafios, benefícios, cooperação ou ameaça são os termos utilizados para compreender o fenômeno da rápida ascensão da China na economia política global. Nosso trabalho foca na relação EUA-China como uma relação de cooperação e conflito Norte-Norte, na qual a RPC surge, na última década, como um novo 'centro' da economia internacional que, por meio de uma rede de poder global conecta outras regiões do planeta numa nova geografia do capitalismo global.

Palavras Chave: China, Estados Unidos, Economia Política Internacional, Cooperação

Abstract

This paper analyzes the increasingly complex relationship between the People's Republic of China (PRC), main emerging power, and the United States of America (USA) after the terrorist attacks of 09/11/2001. The objective of this article is to discuss the main ideological perspectives and a political debate about China's rise, presented as a cooperative or conflictive relationship according to different theoretical approaches. Challenges, benefits, cooperation or threat are the terms used to understand the China rising question in the global political economy. Our paper focuses in USA-China relationship as a North-North cooperation and conflictive process. Therefore, in the last decade, the PRC emerges as a new 'core' of the international economy. Through a network of global power, China connects other regions of the planet into a new geography of global capitalism.

Key-words: China, United States, International Political Economy, Cooperation

* Doutor em Ciências Sociais (UNICAMP). É professor do Departamento de Relações Internacionais da PUC-Minas.
E-mail: javier.vadell@pucminas.br.

“In our increasingly multipolar world economy, China is an important pole of global growth and a growing source of ideas and innovation on how to overcome poverty.”

Robert Zoellick as a world Bank President – (ZOELLICK, 2011)

1. Introdução

Nosso propósito neste artigo é analisar a crescente e complexa relação entre a República Popular da China (RPC), principal potência emergente, e os Estados Unidos da América (EUA) após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. O objetivo deste artigo é discutir e questionar os principais lineamentos do debate acadêmico e político em torno a uma realidade apresentada como um desafio, uma ameaça ou uma oportunidade, dependendo do olhar dos analistas e políticos, perante o fenômeno da “ascensão chinesa”¹. Evidentemente, a crescente importância da RPC na economia global, na segurança internacional e nas instituições multilaterais tem despertado o maior interesse e preocupação dos acadêmicos e dos formuladores de política. Nessa direção, apresentaremos as teses da ‘ameaça chinesa’, formuladas, essencialmente, a partir do arcabouço teórico do *mainstream* das relações internacionais da academia estadunidense, assim como a resposta chinesa baseadas nas teses da “ascensão pacífica” e do “desenvolvimento pacífico”.

Essa maior presença da China no cenário internacional baseia-se num crescente adensamento de vínculos comerciais, financeiros, culturais e políticos com os EUA e com outras regiões do globo impulsionados pelo dinamismo da sua economia. Simultaneamente, esse complexo relacionamento tem criado, e continuará a criar, novas fontes de conflito e de cooperação, e novas estratégias para lidar com as novas mudanças, na qual estão envolvidos não só atores estatais, mas também importantes atores não estatais, como as corporações transnacionais e as organizações internacionais. Assim, esse trabalho não pretende oferecer respostas prontas aos principais dilemas da relação bilateral China-EUA num cenário em transformação, mas instigar os leitores e trazer questionamentos que irão surgir da nossa análise em torno da ascensão chinesa. Nesse sentido, existem diversos desdobramentos e um crescente interesse nas agendas de pesquisa em torno da temática da ascensão chinesa, por exemplo, no que se refere à relação China-EUA; os crescentes vínculos entre China-América Latina e China-África; e o papel da China na globalização econômica e nos mecanismos de governança global como o G-20.

Partimos da seguinte questão: os novos países emergentes são os principais beneficiados do mundo pós 11/09? Se isso for certo, a RPC seria o exemplo mais saliente desse processo? Nossa pergunta não deixa de estar enviesada, simplesmente porque partimos de um fato contingente – o 11/09 – para, a partir daí, inferimos mudanças substantivas no comportamento dos atores principais do sistema internacional. Não obstante, reconhecemos que existem controvérsias teóricas em relação a esse ponto. Por exemplo, Mearsheimer afirmou em seu debate com Brzezinski sobre a ascensão chinesa que, o que acontece no “curto prazo de uma ou duas décadas é determinado por uma série de fatos contingentes e aleatórios que, de um ponto de vista mais distante, “são diluídos da equação” por tendências subjacentes mais duráveis

¹ A expressão em inglês é “rising China”.

(BRZEZINSKI e MEARSHEIMER, 2005). Nessa direção, como expressa Arrighi, a menos que tenhamos uma teoria adequada para identificar e explicar essas tendências mais duráveis, nós nos perderemos tentando imaginar o que acontecerá quando a “poeira” dos fatos contingentes e aleatórios assentar.

Entretanto, ao contrário do que pensa Mearsheimer, “as tendências subjacentes duráveis não são imutáveis nem inelutáveis; e fatos contingentes e aleatórios não são mera ‘poeira’” (ARRIGHI, 2008). Idealmente,

“a teoria da sociedade e da política mundial deveria ser capaz de explicar as mudanças, assim como a continuidade, do comportamento e das interações mútuas dos atores principais; deveria permitir o aprendizado, se não pela própria teoria, ao menos pelas experiências históricas que a teoria tenta descrever e explicar; e deveria também especificar as condições nas quais os fatos contingentes e aleatórios, em vez de se ‘diluírem’, podem abalar as tendências estabelecidas e facilitar o surgimento de novas” (ARRIGHI, 2008).

De forma que, acreditamos, os atentados de 2001 não foram apenas fatos contingentes.

Ademais, o ano de 2001 foi também uma data muito importante na economia política global. Nesse ano começa a ser abalado o projeto da globalização liderado pelos EUA, pensado e articulado na década de noventa. É o ano do ingresso da China na Organização Mundial do Comércio (OMC) e, também, o ano da crise econômica que atingiu de maneira dramática a América Latina. Esses acontecimentos e a ‘guerra ao terror’ – consequência direta dos atentados do 11/09 – tiveram desdobramentos cruciais na segurança e na economia política internacional. A reação dos Estados Unidos foi rápida e focaram todas suas energias na invasão no Afeganistão e, em 2003, na Guerra no Iraque. Isso implicou uma aproximação com a RPC, uma política deliberada de juros muito baixos e um estímulo governamental ao crédito hipotecário fácil, num contexto de liberalização financeira em que o papel dos Bancos de *Wall Street* foi crucial. Essa política econômica acabou no colapso financeiro de 2007-2008 (GOWAN, 2009).

A RPC, a partir de 2001, como requisito a seu ingresso na OMC, promoveu uma abertura comercial inédita, embora com uma política cambial fortemente controlada. Simultaneamente, a China iniciou uma agressiva política de “*going out*” (FRIEDBERG, 2006), na procura de recursos naturais e energéticos, por meio de comércio agressivo e investimentos. Essa expansão teve como característica evitar qualquer conflito com os EUA. Na relação comercial bilateral com a superpotência, a RPC passou a ter um crescente superávit comercial ao mesmo tempo em que financiava a dívida estadunidense comprando títulos do tesouro, chegando a ser o principal detentor, ultrapassando os US\$ 2 trilhões de reservas em títulos.

A relação bilateral China-EUA será explorada na próxima seção, focando, em primeiro lugar no espetacular crescimento chinês, em segundo lugar, apresentar-se-á a discussão no âmbito acadêmico e político estadunidense e a rápida resposta da China, que se consolidou na doutrina do “desenvolvimento pacífico”. Em terceiro lugar, abordaremos a economia política das relações bilaterais para, finalmente, tecer algumas considerações finais.

2. A China e a Relação Norte-Norte: Ascensão pacífica ou ameaçadora da China?

2.1. O Crescimento da China

A República Popular da China é um dos países mais bem sucedidos no que se refere ao crescimento econômico nos últimas duas décadas. Essa simples constatação, a partir de dados estatísticos, não seria tão relevante se se tratasse de um pequeno Estado. A China é o país mais populoso do mundo e ocupa o terceiro lugar no que se refere a extensão territorial², depois da Rússia e do Canadá. Além disso, o país é uma potência militar e nuclear, o que a coloca no lugar das grandes potências globais.

A China surgiu, na década de noventa, como um grande ator no sistema internacional fortalecida pelo seu crescimento econômico surpreendente [ver tabela 1]. A evolução do gigante asiático e a sua acelerada ascensão econômica, política e tecnológica, despertou algumas preocupações políticas nos EUA, principalmente nos primeiros anos do século XXI. Paralelamente, este desdobramento político foi, e ainda é, motivo de reflexão na comunidade acadêmica, seja nos EUA, na Europa, na China e, recentemente, na África e na América Latina, incentivando um instigante debate teórico a respeito das implicações políticas do acelerado crescimento chinês.

Tabela 1 – PIB/Crescimento da China

ANO	PIB US\$ bilhões	Crescimento
1993	353,34	14,0%
1994	481,98	13,1%
1995	607,94	10,9%
1996	711,77	10,0%
1997	789,73	9,3%
1998	844,02	7,8%
1999	896,77	7,6%
2000	1198,48	8,4%
2001	1175,70	8,3%
2002	1453,80	9,1%
2003	1641,00	10,0%
2004	1931,70	10,1%
2005	2235,91	10,4%
2006	2.712,95	12,7%
2007	3.494,05	14,2%
2008	4.521,82	9,6%
2009	4.991,25	9,2%
2010	5,878,62	10,3%

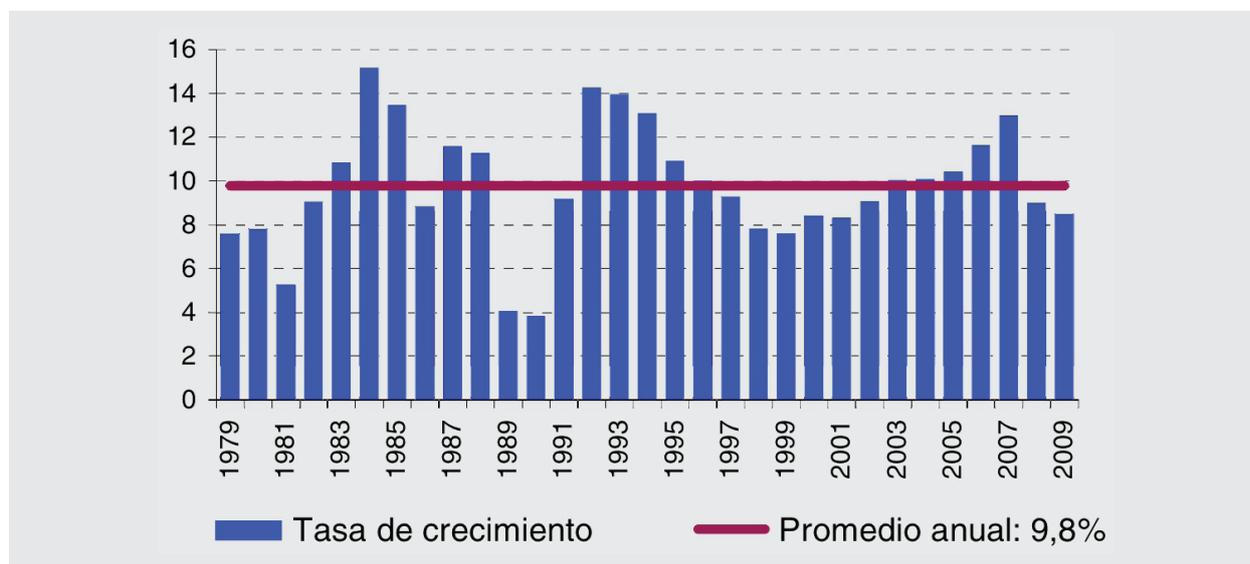
Fonte: Elaboração do autor com dados do Banco Mundial

Os dados do Banco Mundial apresentados na tabela 1 mostram uma seqüência de quinze anos de crescimento sustentado e elevado. Pode-se observar que os dois anos de menor crescimento, 1998 e 1999, 7,8% e 7,6% respectivamente, coincidem com a situação crítica que a

² A China possui uma extensão de 9.561.300 km² e uma população de aproximadamente 1,341 bilhão em finais de 2010.

região atravessou como consequência da crise financeira que começou na Tailândia e se alastrou por vários países do Sudeste Asiático. O gráfico 1 mostra o crescimento chinês numa seqüência de vinte anos (1979-2009).

Gráfico 1 – Taxa de Crescimento do PIB da China (%)



Fonte: Bârcena e Rosales (2010) a partir dos dados do *National Bureau of Statistics of China*

Os dados apresentados podem corroborar o excepcional crescimento da China nesses últimos anos. Nesse sentido, Bustelo (2005) reforça essas cifras apontando que, entre 1978 e 2004, o PIB da China deu um salto de US\$147.300 milhões para quase US\$ 160 bilhões. O comércio exterior aumentou de US\$ 20,6 bilhões para US\$ 115 bilhões, crescendo a uma taxa média de 16% e se multiplicando por 60. A média anual de investimento entre 1979 e 1983 foi de US\$ 1,8 bilhão, passando para US\$ 60,63 bilhões em 2004. As reservas de divisas cresceram de US\$167 milhões em 1978 para US\$ 609,9 bilhões em 2004. O panorama de recuperação econômica pós-crise de 2008 mostra que a China não se viu gravemente afetada. Em 2008, as reservas de divisas da China chegaram a ultrapassar US\$ 1,9 trilhão, segundo a agência noticiosa Xinhua de Pequim. Hoje as reservas ultrapassariam os US\$ 2 trilhões (MCGREGOR, 2009).

2.2. A relação EUA e a RPC no meio acadêmico

Fica evidente até para o espectador mais despercebido que a RPC no século XXI tem expandido suas relações econômicas e políticas nas mais diversas regiões do planeta: nos EUA, na Europa, no Sudeste Asiático, na América Latina, na África e o no Oriente Médio, aprofundando uma tendência que começou na década de 1990. Independentemente do significado desses desdobramentos, essa projeção chinesa estimulou um interessante debate acadêmico em torno das relações entre os EUA e a RPC, e em torno do papel da China no atual sistema internacional. Acadêmicos da área de relações internacionais apresentam suas próprias percepções a respeito da ascensão chinesa, expressando, quiçá, a contraposição mais típica no imaginário do pensamento político internacional: a visão realista pessimista *versus* a versão liberal otimista. Segundo a

primeira interpretação, em seu caráter estereotipado, a ascensão de uma potência global (nesse caso a China) inevitavelmente derivará em conflitos de poder, na forma do dilema da segurança com a super-potência global, os EUA, que afetará a estrutura política mundial. A segunda perspectiva salienta mais os aspectos de cooperação e interdependência entre as grandes potências, e o fato de que, à medida que a RPC se modernizasse e crescesse economicamente, haveria mais condições para uma abertura democrática e, portanto, mais condições de cooperação entre esse país e os EUA.

Para ilustrar essa dicotomia, podemos citar um debate publicado na *Foreign Policy*, em 2005, onde aparecem as posições contrastantes de dois renomados acadêmicos. Por um lado, Zbigniew Brzezinski e, por outro, John Mearsheimer. O primeiro destaca o crescimento pacífico da China, após muitas décadas de humilhações na sua história. A despeito de o nacionalismo ser uma força importante nesse país e o assunto Taiwan ser extremamente delicado, Brzezinski acredita que a RPC não está inclinada a desafiar o poderio militar dos EUA. A China está decidida a continuar pelo caminho do crescimento, e uma política externa confrontacionista com os EUA poderia neutralizar e paralisar esse crescimento, provocando uma crise econômica interna e corroendo a legitimidade do partido comunista chinês no plano doméstico. Brzezinski aponta para o fato de a China ser um país muito vulnerável a um bloqueio por parte dos EUA. Se isso acontecesse, em um conflito, o comércio marítimo da China paralisar-se-ia imediatamente (BRZEZINSKI e MEARSHEIMER, 2005).

Por outro lado, Mearsheimer, se apoiando na sua teoria realista, afirma que a China não crescerá pacificamente. Como destaca Arrighi (2008), foi nas vésperas do 11 de Setembro que Mearsheimer (2001), na sua obra *The Tragedy of Great Power Politics*, alertou para a ameaça chinesa:

A China ainda está distante do ponto em que terá poder econômico suficiente para investir na hegemonia regional. Sendo assim, não é tarde demais para que os Estados Unidos [...] façam o possível para retardar a ascensão da China. Na verdade, é provável que os imperativos estruturais do sistema internacional, que são poderosos, forçarão os Estados Unidos a abandonar a política de envolvimento construtivo em um futuro próximo. De fato, há sinais de que o novo governo Bush deu os primeiros passos nessa direção” (Mearsheimer *apud* Arrighi, 2008, p.13).

Em 2005, Mearsheimer reforçou seu argumento afirmando que, se a tendência continuar dessa maneira nas próximas décadas, os EUA e a RPC se engajarão numa competição de segurança com consideráveis possibilidades de acabar numa guerra. Se for assim, os outros Estados da região, incluindo o Japão, a Singapura, a Coreia do Sul, a Rússia e o Vietnã, se aliariam aos EUA para conter à RPC (BRZEZINSKI e MEARSHEIMER, 2005).

Um panorama de interpretações mais amplo é apresentado por Friedberg (2005), que incorpora vários enfoques e perspectivas teóricas para entender a relação EUA-RPC. Ele sintetiza e compara três diferentes perspectivas: realistas, institucionalistas e construtivistas a respeito do futuro das relações entre os EUA e a RPC. O autor identifica, nas três perspectivas mencionadas, uma clivagem entre os otimistas e os pessimistas, que atravessa as diferentes argumentações. Friedberg destaca que muitos liberais da academia estadunidense são otimistas.

Eles acreditam no poder pacificador de três mecanismos causais que se reforçariam mutuamente: “a interdependência econômica, as instituições internacionais e a democratização” (FRIEDBERG, 2005; IKENBERRY, 2008). Por outro lado, a maioria dos representantes da escola realista apresenta um panorama mais pessimista. Eles inferem que a China é um poder emergente – *rising power* – e que, como tal, é improvável que se comporte diferentemente de outros poderes emergentes ao logo da história (FRIEDBERG, 2005), isto é, como uma potência revisionista presa da lógica do dilema de segurança.

Todavia, existe uma minoria de acadêmicos da corrente realista que têm um viés otimista a respeito da futura relação da RPC com os EUA. Existiria um conjunto de fatores que fazem que as relações entre ambas potências se mantenham controladas. Esses autores realistas acreditam que a China é muito mais fraca hoje do que parece e que o crescimento de seu poderio ser lento devido, entre outras coisas, às turbulências políticas e sociais domésticas. Pessimistas liberais, ainda que em minoria, têm como referência explicativa as estruturas sociais internas e as dinâmicas políticas dos EUA e da RPC e suas mútuas interações de duas potências com regimes políticos diferentes (FRIEDBERG, 2005).

A percepção negativa ou positiva a respeito do crescente poderio da China por parte da academia e os formuladores de política perpassa as premissas teóricas desafiando mais uma vez o debate em torno das mudanças e as transformações sistêmicas, declínio e ascensão das grandes potências. A partir do exposto, observamos que existem suficientes argumentos sustentando a posição dos otimistas quanto dos pessimistas, porém, parece-nos insuficiente para compreender a especificidade do fenômeno da ascensão da China na economia e na política global.

2.3. Da academia para os formuladores de política: a tese da ameaça versus a tese da ‘ascensão pacífica’ e do ‘desenvolvimento pacífico’.

A interpretação predominante, por parte dos políticos e dos formuladores de política estadunidenses, do sucesso do crescimento e expansão da China na última década esteve marcada pela “tese da ameaça”, mais perto das correntes realistas. Segundo Bustelo (2005), essa tese se apresenta de diferentes maneiras, destacando três principais aspectos:

- 1) o enfoque realista mais tradicional, segundo o qual a ameaça é inevitável;
- 2) a persistência de contínuas fricções com os EUA;
- 3) a idéia de que a China está esperando se desenvolver para dominar o mundo.

A tese da ameaça nasce da *intelligentsia* dos EUA, a partir de análises que fundamentam teoricamente o padrão de comportamento das grandes potências no sistema internacional. Em outros termos, as potências em ascensão tenderiam a ser revisionistas, especialmente se essas potências são governadas por regimes não-democráticos e sofrem escassez de recursos naturais. Essas análises apresentam como exemplo a Alemanha da pré-Primeira Guerra Mundial, a Alemanha e o Japão da década de 1930 e a União Soviética de Breznev³. Além disso, reforça-

³ Essas perspectivas dominantes não mencionam o fato da Grã-Bretanha ceder a hegemonia para os Estados Unidos sem conflitos armados entre ambas potências.

se a idéia de que a ascensão desses países teve como resultado guerras de agressão, conflitos mundiais ou regionais e corridas armamentistas (BUSTELO, 2005). Assim sendo, a RPC, com seu regime não-democrático, suas ameaças de recorrer à força contra Taiwan e sua crescente necessidades por recursos naturais e energéticos, apresentar-se-ia como uma ameaça potencial.

Antes dos atentados terroristas de 11/09 as relações entre os Estados Unidos e a China atravessaram rispidezes. A ascensão chinesa (*rising China*) era vista como uma nova ameaça por altos funcionários do governos dos EUA e por intelectuais, sobretudo, conservadores. Na área econômica, o problema não era a pretensão dos EUA por acesso comercial, porque isso foi resolvido com o ingresso da China na OMC e a conseqüente concordância com os programas mais rápidos de cortes de tarifas de importação e de abertura de mercado já aceitos pelos novos membros. Todavia, o fortalecimento econômico da China e a sua potencial aliança com outra grande potência acenderiam o alarme.

Em finais da década de 1990, especificamente, em 1997 durante uma visita a Moscou, Jiang Zemin y Boris Yelsin emitiram uma declaração conjunta sobre a multipolaridade e a formação de uma Nova Ordem Mundial que causou surpresa nas potência Ocidentais. O governo Chinês utilizou o termo ‘multipolarização’ e a expressão ‘construção de um mundo multipolar’ para se opor ao comportamento unilateral dos EUA (ROCHA PINO, 2006, p.698). O discurso de aproximação com outras potências estava em sintonia com o melhor estilo de um equilíbrio de balança de poder. O bombardeio da embaixada chinesa em Belgrado, em 1999, ajudou para reforçar a tendência. Mas, a RPC não era favorável a alianças formais “contra” os EUA, suas prioridades e preocupações tinham como foco resolver os problemas do país, em consonância com uma política externa e doméstica orientada ao desenvolvimento.

Em novembro de 2002, Hu Jintao foi eleito Secretário Geral do Partido Comunista e, a partir daí, há uma gradual mudança nos discursos oficiais. O termo multilateralismo substituiu o termo multipolarização (ROCHA PINO, 2006, 699.), num contexto de aproximação das relações sino-estadunidenses no marco da “Guerra ao Terror”. Como expressa Friedberg:

“Although the attacks of September 11th have had some worrisome effects for China (including the deployment of U.S. forces to Central Asia and an acceleration of Japanese rearmament) the net impact has been decidedly positive. For the time being, at least, the geographical focus of U.S. strategy has shifted from East Asia to the Middle East. Instead of concentrating all energies on China, the United States is now confronted with the urgent necessity of combating terrorism and proliferation. To meet these threats Washington requires cooperation from other countries, including China”. (FRIEDBERG, 2006, p.14).

A alteração do centro de gravidade da estratégia de segurança estadunidense, a partir da “Guerra ao Terror”, tirou a RPC da lista de ameaças diretas aos EUA. A cooperação de ambos os países em matéria de luta antiterrorista, antiproliferação nuclear e pacificação e estabilização do Oriente Médio foi crucial para compreender a mudança na relação bilateral.

No entanto, a partir de 2004-2005 ressurgiram nos EUA as teses sobre a ameaça chinesa. A tentativa de compra da UNOCAL (*Union Oil Company of California*) por parte de uma empresa petroleira estatal chinesa acendeu, mais uma vez, a alarma. Nessa negociação, o melhor lance foi dado pela *China National Offshore Oil Company* (CNOOC). Esse acontecimento criou pânico

e preocupação na maior parte dos políticos do Congresso dos EUA que vetaram a transação. O Congresso dos EUA aprovou uma resolução (por 398 votos a 15) que “afirmava que permitir à CNOOC comprar a Unocal poderia ‘por em risco a segurança nacional dos Estados Unidos’” (ARRIGHI, 2008, p.286). Na época o governo Bush já estava em campanha para conter (ou reduzir) o poder chinês (ARRIGHI, 2008, p. 290)⁴.

O artigo do analista Max Boot na *Weekly Standard* de outubro de 2005 resume, em grande medida, a visão mais radical relativa à RPC. Boot, pesquisador do *Council of Foreign Relations*, afirmou que a China não tem como objetivo a dominação global ainda, mas que objetiva a dominação regional, numa região que é de extrema importância política, militar e econômica para o resto do mundo (BOOT, 2005). Nessa direção, o autor sugere algumas táticas para lidar com essa potência emergente. A difamação não seria uma ferramenta tão errada, embora ele distingue entre a má e a boa difamação:

“A má difamação concentra-se nas queixas sobre a inundação de mercadorias chinesas em nosso mercado. O fato é que o sucesso delas mostra a falta de competitividade em nossa economia. Mas, os comentários de Rumsfeld [de que a China está gastando demais com o orçamento militar e não está avançando rápido o suficiente em direção a um ‘governo mais aberto e representativo’] são boa difamação, porque o rápido acúmulo de reservas de armas da China [...] [ameaça] Taiwan e poderia provocar uma corrida armamentista que levaria o Japão, Coreia do Sul e Taiwan a ter armas nucleares” (Boot *apud* Arrighi, 2008, p. 291)

Essa reflexão está em consonância com outras preocupações expressas por altos funcionários da Casa Branca. Robert Zoellick, presidente do Banco Mundial, declarou, em 2005, quando era o número dois do Departamento do Estado, que “a China está criando um caldeirão de ansiedade” no mundo. Além disso, Zoellick acusou Pequim de não ser transparente na sua estratégia militar, de não fazer esforços para acabar com a pirataria industrial e de não ajustar a sua moeda, o yuan, a valores de mercado (BUSTELO, 2005). Nesse sentido, o então secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, também acusou a China de gastar mais com defesa do que mostram os dados oficiais, com seu orçamento militar que é o maior da Ásia e o terceiro do mundo. Além disso, apontou o Secretário, a RPC está desenvolvendo e expandindo mísseis de longo alcance que podem atingir áreas além da região do Pacífico (MALLETT, 2005). Também em outubro de 2005, Rumsfeld reiterou suas críticas apontando a rápida expansão militarista chinesa, e a falta de transparência no que concerne ao orçamento de defesa da RPC. O então Secretário de Defesa dos EUA afirmou que o real gasto em defesa da China era três vezes superior ao divulgado oficialmente (SEVASTOPULO, 2005)

Em resposta à posição predominante nos Estados Unidos sobre a ascensão da RPC, intelectuais chineses elaboram a tese da “ascensão pacífica”. Como aponta Bustelo (2005), constitui-se um idéia precisamente como uma resposta à “tese da ameaça”. A réplica chinesa tem sido associada a Zheng Bijian, que foi o vice-presidente executivo da Escola Central do Partido Comunista Chinês (PCC) entre os anos 1993 e 2002, diretamente ligado ao então presidente dessa Escola, Hu Jintao, que viria ser o primeiro mandatário da RPC.

4 A UNOCAL posteriormente foi fusionada ao grupo Chevron.

Bijian (2005), num artigo publicado na revista *Foreign Affairs*, argumenta a favor da ascensão pacífica da China. O autor aponta que um país com mais de 1,3 bilhão de habitantes e com um crescimento sustentado deverá enfrentar duros desafios. “Qualquer pequena dificuldade em seu desenvolvimento econômico ou social, com impacto nesse vasto grupo, poderia se tornar um grave problema” (BIJIAN, 2005). Desta maneira, o maior obstáculo destacado por Bijian é a escassez de recursos naturais – especialmente energia, água e produtos primários – para sustentar o crescimento de um país com tamanha população.

Por outro lado, o autor aponta que a despeito dessas dificuldades, essa via rumo à modernização pode ser denominada de “a trajetória de desenvolvimento para um crescimento pacífico” (BIJIAN, 2005). Comprometida com essa estratégia, a RPC decidiu ingressar à OMC em 2001, aprofundar as reformas econômicas internas e melhorar as relações da China com todas nações do mundo. De acordo com o planejamento estratégico chinês, levará mais de quarenta anos para modernizar o país e, nesse trajeto, dever-se-ão enfrentar três grandes desafios para atingir um desenvolvimento sustentável: i) o problema da escassez de recursos; ii) os problemas ambientais: poluição, desperdício e ineficiência de recursos; e iii) ausência de coordenação entre o desenvolvimento econômico e o social (BIJIAN, 2005). Este último desafio é produto das rápidas transformações cuja origem é o modelo de desenvolvimento e a incorporação da China ao capitalismo global, desde as transformações lideradas por Deng Xiaoping em 1978 (MARTI, 2007).

Nesse sentido, segundo Bijian (2005) a RPC tem três grandes estratégias “transcendentes” para sua “trajetória pacífica de desenvolvimento”:

1. “a primeira é transcender o velho modo de industrialização e avançar para um novo tipo. A velha industrialização era caracterizada pelas rivalidades pelos recursos por meio de guerras, altos investimentos, alto consumo e alta poluição”. A China está determinada a forjar uma nova via de desenvolvimento baseada na tecnologia, a eficiência econômica, o baixo consumo de recursos naturais, baixa poluição ambiental e uma ótima alocação de recursos humanos. O objetivo é construir uma “sociedade de prosperidade com gerenciamento parcimonioso”⁵ (BIJIAN, 2005).
2. A segunda estratégia é transcender a forma tradicional na emergência das grandes potências, assim como a mentalidade da Guerra Fria, superando as diferenças ideológicas, promovendo a paz e a cooperação entre todos os países.
3. Finalmente, a terceira estratégia é “transcender os antigos modos de controle social e construir uma sociedade socialista harmoniosa” (BIJIAN, 2005).

A doutrina do “desenvolvimento pacífico” nasce como um corolário da ‘ascensão pacífica’. A retificação foi feita a partir do 22 de agosto de 2004 na celebração do centenário de Deng Xiaoping. Nesse dia, Hu Jintao expressou no seu discurso: “Com base na situação internacional dos anos oitenta, Deng chegou à conclusão de que a paz e o desenvolvimento eram dois aspectos importantes do mundo contemporâneo, o qual colocou os fundamentos para que o Partido e o

⁵ No original: “*society of thrift*”.

governo se focassem no trabalho pela modernização socialista”(Hu Jintao apud ROCHA PINO, 2006,p.712).

Embora a teoria da ‘ascensão pacífica’ tenha claros propósitos propagandísticos, para se contrapor à tese da ‘ameaça chinesa’, a doutrina do ‘desenvolvimento pacífico’ marca os lineamentos da política externa do governo Hu Jintao, isto é, uma espécie de “teoria de governo” (ROCHA PINO, 2006, p. 713). Essa virada no discurso mostra, em primeiro lugar, uma preocupação pelo desenvolvimento, seja no plano doméstico como no plano internacional. O desenvolvimento pacífico para o exterior, num período de expansão do comércio e dos investimentos chineses pelo mundo, tem a clara intenção de não confrontar com nenhuma potência⁶. No plano doméstico, a idéia era criar as condições de um desenvolvimento mais equilibrado entre os setores urbanos e rurais num cenário de grande crescimento e mobilidade social.

Essa particular avaliação da posição da China no concerto de nações e de seu próprio modelo de desenvolvimento contrasta com a visão mais agressiva do discurso estadunidense pós 2005. Bijian, de fato, salienta as peculiaridades chinesas do desenvolvimento pacífico e da harmonia social como características iminentes da maneira como a China está levando a cabo sua rápida ascensão. Todavia, não devemos confundir a intenção política ou o projeto político sem levar em consideração os potenciais desdobramentos e impactos dessas políticas, principalmente quando focamos numa potência global como é o caso da RPC no século XXI. Podemos considerar o artigo de Bijian (2005) como a posição do governo chinês que pretende pasteurizar a política doméstica e externa da China na procura por um desenvolvimento bem sucedido, com harmonia, prudência e respeito aos assuntos internos dos Estados.

A outra face desse discurso são três dilemas que as autoridades chinesas deverão enfrentar, e que de alguma maneira estão enfrentando: 1) os problemas domésticos – econômicos e políticos – derivados das transformações sociais profundas dos últimos anos, dos conflitos étnicos-regionais, e da crise financeira de 2008; 2) A relação com os Estados Unidos, que cada vez mais se apresenta como uma relação de poder horizontal e menos vertical, e que envolve assuntos de segurança e econômicos; 3) O relacionamento com os países “vendedores de *commodities*”, principalmente, mas não exclusivamente, da África e da América do Sul. Em outros termos, uma nova relação vertical de poder *Norte-Sul* que está se cristalizando, como consequência da expansão econômica chinesa, produto de seu rápido crescimento no cenário do capitalismo global contemporâneo e de suas políticas de desenvolvimento doméstico.

2.4. A economia política das relações bilaterais China-EUA

O crescente adensamento da interdependência entre ambas as potências, as junções entre os fatores econômicos e as prioridades de seguranças globais dos EUA não podem ser desprezados. Por mais de duas décadas, os Estados Unidos tem experimentado crescentes déficits na sua balança comercial com a China. Por outro lado, a RPC tem sido, nos últimos anos, o mais ativo comprador de títulos do Tesouro estadunidense e de outros ativos denominados em dólares. Essa simbiose tinha sido benéfica para ambos Estados, até a crise econômica mostrar

⁶ O termo ‘ascensão’ tinha conotações que poderiam provocar suspeitas ou temores de outras potências regionais – Índia ou Rússia – e mesmo dos EUA.

as principais contradições e complexidades dessa dinâmica. Muitas corporações transnacionais estadunidenses e européias migraram para a China e o Sudeste Asiático durante a década de noventa e se viram favorecidas pela condições de produção: mão de obra barata, disciplina do trabalhadores, a moeda chinesa – o *yuang* – controlada e desvalorizada e, finalmente, mas não menos importante, o amplo acesso ao mercado de consumo dos Estados Unidos. Embora as rispidezes em matéria econômica se manifestaram desde finais da década de noventa, a “guerra ao terror” e a crise financeira de 2008 expuseram as fraquezas da economia estadunidense e a limitação das possibilidades de resposta por parte dos Estados Unidos para contornar a crise, assim como o grau de interdependência de ambas economias no processo de acumulação capitalista.

Conforme Giovanni Arrighi, o governo estadunidense de George W. Bush fracassou em evitar que a China se tornasse um novo centro da economia política global. O que estaria acontecendo, segundo Arrighi (2008), é que quanto mais preso à lógica da guerra contra o terror estiver o governo dos Estados Unidos – dependentes do crédito externo barato e dos preços das *commodities* – mais bem sucedida será a posição da China frente aos “imperativos estruturais” defendidos pelos realistas. Todavia, apesar da pujança da economia chinesa, do seu papel crescente nas finanças e no comércio global e da ampla e gradual penetração econômica em outras regiões, a China, simultaneamente, estaria apresentando para o mundo sua face mais problemática. Ou seja, no grande salto de expansão de mais de vinte e cinco anos, a RPC evidenciou, e está evidenciando, suas vulnerabilidades. Isso também coloca em questão a possibilidade de uma substituição de hegemonias no curto ou médio prazo. Nesse sentido, podemos destacar alguns problemas estruturais, produtos do crescimento econômico, de difícil equacionamento no curto prazo:

- A dependência crescente em relação aos recursos energéticos: petróleo, gás e minerais, principalmente, ferro e cobre. A partir de 2001, a tendência é uma gradual e crescente dependência da China dos mercados externos para seu suprimento energético (DAOJIONG, 2005; FERCHEN, 2011).
- Associado ao primeiro problema, existem ineficiências estruturais na utilização e gerenciamento dos recursos energéticos por parte da China.⁷
- A questões relativas à segurança alimentar é uma realidade cada vez mais presente. A China é um país de mais de 1,3 bilhão de habitantes e possui um território do qual menos de 17% são cultiváveis. A isso soma-se o crescente processo de desertificação das terras e de poluição das fontes de água potável.
- Finalmente, o marco político-institucional da RPC baseia-se em um regime autocrático unipartidário rígido, que deverá equacionar as crescentes desigualdades sociais que se reproduzem devido ao crescimento econômico acelerado.
- Os preocupantes índices de corrupção institucional.

O cenário global apresenta hoje uma nova disputa geopolítica entre o Ocidente e a RPC, com alguns desdobramentos nas relações militares, mas com seu foco na economia política.

⁷ Daojiong (2005) pinta um panorama nada alentador a respeito do gerenciamento da demanda energética por parte do governo chinês.

Nesse sentido, um dos maiores perigos para as pretensões de coordenação da economia global é uma guerra comercial e cambial entre os EUA e a China (FRIEDBERG, 2010, p.39), e um dos maiores desafios é a construção de mecanismos de governança econômica internacional que possam equacionar essas disputas que envolvem as potências econômicas Ocidentais, que estão atravessando por profundas crises econômicas, e as novas potências emergentes. Após a crise financeira de 2008, o G20 adquiriu um novo papel no sistema de governança econômica global. Nesse contexto vários países emergentes ganharam espaço político, sendo o de maior destaque a RPC.

3. Considerações finais

O projeto da globalização não poderá ser escrito só com as regras de Washington, simplesmente porque a economia global está se conformando como um sistema multipolar, no qual a RPC tem gradualmente virado um novo centro do sistema capitalista mundial. O ano de 2001 e, posteriormente, a crise econômica de 2008 foram acontecimentos que agiram como efeitos catalisadores que outorgam sentido às importantes mudanças no cenário internacional. Em primeiro lugar, a bifurcação do centro com o conseqüente deslocamento do eixo dinâmico da economia global para o 'pacífico', em segundo lugar, a maior participação da China nas instituições de governança econômica internacional (G-20, FMI) e, finalmente, a vertiginosa expansão do comércio e dos investimentos chineses nas mais diversas regiões do planeta têm desafiado os pesquisadores de diversas áreas e aberto uma ampla agenda de pesquisa interdisciplinar.

Não há indícios claros que indiquem que a RPC se apresente como um poder contra-hegemônico no sistema econômico mundial, tampouco como uma potência revisionista, se olharmos com a lente do realismo. O gigante asiático pretende acelerar a integração da economia global, mas ao seu modo e a seu ritmo. Isso implica desenvolver e aumentar as relações comerciais e financeiras com outras regiões, o que, por sua vez, está conformando uma outra geografia da economia política global. Isso significa que, nessa nova configuração, o papel da RPC será o centro – não da economia global, onde a preeminência dos EUA, embora diminuída, permanece – de uma rede global de conexões comerciais e financeiras que abrange diversas regiões, entre as quais podemos destacar o Sudeste Asiático, a América do Sul e a África. Em outros termos, o eixo econômico do Pacífico se configura como o pólo dinâmico da acumulação capitalista do século XXI.

Para finalizar, podem-se identificar um conjunto de vetores que ligam esse novo centro de poder global a diversas regiões, uma espécie de *network power* global que foi se consolidando no decorrer da última década. Nesse sentido, compreender o papel da RPC no atual cenário internacional deveria considerar: 1) O vetor de relações globais Norte-Norte: a interdependência China-EUA; 2) O vetor regional: a relação entre a RPC e as outras potências regionais – Rússia, Índia, Japão e com os estados menores do sudeste asiático; 3) o vetor das instituições internacionais: o papel da China nas organizações internacionais e na atuação nos regimes internacionais; 4) o vetor das novas relações Norte-Sul: A crescente interdependência entre a RPC e os países do Médio Oriente da África e da América Latina.

4. Referências Bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni. (2008), *Adam Smith em Pequim*. São Paulo: Boitempo editorial.

BÁRCENA, Alicia e Osvaldo ROSALES. (2010), "La República Popular de China y América Latina y el Caribe: hacia una relación estratégica". *CEPAL*, Disponível em: http://www.eclac.org/publicaciones/xml/2/39082/RP_China_America_Latina_el_Caribe_una_relacion_estrategica.pdf. Acesso em: 20/11/2010.

BIJIAN, Zheng (2005), "China's "Peaceful Rise" to Great-Power Status". *Foreign Affairs*, v.84, n.5, September/October.

BOOT, Max. (2005), "Project for a New Chinese Century". *The Weekly Standard*, Disponível em: http://www.weeklystandard.com/Utilities/printer_preview.asp?idArticle=6149&R=11440285B9. Acesso em: 10 october.

BRZEZINSKI, Zbigniew e John J. MEARSHEIMER. (2005), "Clash of the Titans". *Foreign Policy*, n.146, jan-feb.

BUSTELO, Pablo. (2005), "El Auge de China. Amenaza o ascenso pacífico? ". Disponível em: http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/Elcano_es/Zonas_es/Asia-Pacifico/ARI+135-2005. Acesso em: 11 de junho de 2006.

DAOJIONG, Zha. (2005), "China's Energy Security and its International Relations". *Eurasia Forum Quarterly*, v.3, n.3,

FERCHEN, Matt. (2011), "China-Latin America Relations: Long-term Boon or Short-term Boom?". *The Chinese Journal of International Politics*, v.4, pp.55-86.

FRIEDBERG, Aaron L. (2006), *"Going out": China's pursuit of natural resources and implications for the PRC's grand strategy*. Seattle, Wash.: The National Bureau of Asian Research.

FRIEDBERG, Aaron L. (2010), "Implications of the Financial Crisis for the US-China Rivalry". *Survival*, v.52, n.4, pp.31-54.

FRIEDBERG, Aaron L.. (2005), "The Future of U.S.-China Relations. Is conflict inevitable?". *Internacional Security*, v.30, n.2.

GOWAN, Peter. (2009), "Crisis in the Heartland. Consequences of the New Wall Street System". *New Left Review*, n.55, january-february.

IKENBERRY, John G. (2008), "The Rise of China and the Future of the West". *Foreign Affairs*, v.87, n.1, pp.23-37. January-February.

MALLET, Victor. (2005), "Rumsfeld questions China on missiles". *Financial Times*. 05 jun. Disponível em: Acesso em: 11/06.

MARTI, Michael E. (2007), *A China de Deng Xiaoping – o Homem que Pôs a China na Cena do Século XXI*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.

MCGREGOR, Richard. (2009), "Capital influx pushes China's foreign reserves past \$2,000bn". *Financial Times*. 16/07. Disponível em: http://www.ft.com/cms/s/0/072aeffa-71a2-11de-a821-00144feabdc0.html?ncklick_check=1. Acesso em: 17/07/2009.

MEARSHEIMER, John J. (2001), *The tragedy of Great Power politics*. New York: Norton.

ROCHA PINO, Manuel de Jesús. (2006), "China en transformación: La doctrina del desarrollo pacífico". *Foro Internacional*, v.186, n.XLVI, pp.693-719.

SEVASTOPULO, Demetri. (2005), "Rumsfeld worried by China military expansion". *Financial Times*. 18 October. Disponível em: http://us.ft.com/ftgateway/superpage.ft?news_id=fto101820050753173476&page=1. Acesso em: 11/06/2006.

ZOELLICK, Robert B. (2011), "World Bank President to Visit China to Bolster Bank-China Partnership and Discuss the Country's Key Medium-Term Challenges Towards 2030". *The World Bank News*, Disponível em: <http://www.worldbank.org/en/news/2011/08/31/world-bank-president-to-visit-china-to-bolster-bank-china-partnership-and-discuss-country-key-medium-term-challenges-towards-2030>. Acesso em: 10/10/2011.